



Fl. 114
2017.10.23

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

ATA NÚMERO 1/2017-21 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezassete, nesta cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município, salão Nobre das reuniões, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Valdemar de Carvalho Pereira, com a assistência da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos e a presença dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias, José Damião Lopes Guedes de Melo, Susana Cristina Dias Pereira e José Bruno Gouveia Cardoso teve lugar a primeira reunião desta Câmara Municipal, no mandato autárquico de dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um. O **Senhor Presidente da Câmara** declarou aberta a reunião pelas nove horas e trinta minutos.

O **Senhor Presidente da Câmara** disse o seguinte:

"No início da primeira reunião destes quatro anos, gostaria que fossemos realmente uma equipa e que o objetivo fosse comum: o concelho de Tarouca e as suas gentes.

Peço desculpa pela hora, mas tenho que estar num compromisso pelas onze horas. Agradeço a atenção.

Senhor Vice-Presidente: gostaria de continuar a contar consigo. Tem um pelouro que para mim é muito importante, que é a área financeira do Município. Espero de si a mesma disponibilidade, o trabalho e dedicação reconhecida nestes últimos quatro anos.

Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira: tem um pelouro que considero importante para a economia local, as obras. Também importante para as pessoas que querem ver os processos agilizados. Espero continuar a contar consigo.

Também aos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias e José Bruno Gouveia Cardoso conto convosco.

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias trouxe-nos as suas preocupações, alertando-nos para situações que tentamos sempre resolver.

Ao Senhor Vereador José Bruno Gouveia Cardoso conto também consigo nestes quatro anos.

Um bem-haja a todos.

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** disse o seguinte:

"No seguimento do que afirmou o senhor Presidente quero deixar a minha disponibilidade, aliás como nos últimos quatro anos. O que é comum é o bem-estar das pessoas e o desenvolvimento do Concelho, embora com pontos de vista diferentes. E não deixa de ser isso e nada mais. Nunca haverá algo personalizado, pois a minha candidatura foi isso que apresentou.

Foi isso que apresentámos às pessoas, uma maneira diferente de olhar o Concelho.

Não deixarei de acreditar naquilo em que acredito e estarei sempre disponível para que as coisas boas avancem, espero

que sejamos capazes de realizar tudo o que for possível para o bem-estar de todos os Tarouquenses."

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo disse o seguinte:

"Cumprimento o Senhor Presidente da Câmara e os colegas para mais um mandato, nesta primeira reunião dos próximos quatro anos.

Senhor Presidente da Câmara: sobre mim e sobre a minha forma de estar, contará sempre com a minha lealdade, o meu trabalho, a minha dedicação a Tarouca, a este projeto e a esta equipa.

Estas são as principais razões, pelas quais fiz parte deste projeto: olhar para o futuro, resolvendo alguns problemas do passado.

Disponibilizar-me para com os Senhores Vereadores, para esclarecer dúvidas e informar sempre que existir tal necessidade. Só assim damos forma ao verdadeiro conceito de democracia.

Nas áreas de maior complexidade, com maior volume de documentação, mantenho-me disponível, para qualquer esclarecimento adicional fora do horário das reuniões, para que todos possamos exercer o nosso voto, conscientes do mesmo."

A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira disse o seguinte:

"Obrigada ao Senhor Presidente da Câmara, porque o trabalho feito deve-se ao líder que temos; trabalho para as pessoas e com disponibilidade total para todas as pessoas.

Ocupamos um lugar com isenção de horário, em que poderíamos estar menos presentes, mas não, estamos sempre disponíveis e presentes no trabalho.

Disponho-me continuar, com a mesma disponibilidade e dedicação, sempre com o objetivo de fazer mais."

Passou-se de seguida ao

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias disse o seguinte:

"1º Julgo que era importante e positivo que os vereadores da "oposição", ou seja, os que não têm pelouros, deveriam ter um espaço no edifício dos Paços do Município para poderem desenvolver a sua atividade.

Nós pertencemos ao Executivo, como qualquer outro Vereador, e seria até inovador que o Executivo de Tarouca disponibilizasse esse espaço para reunirmos ou conversarmos. Vir ao Município e ter os documentos à mão.

2º A obra que está a ser feita em Mondim da Beira, na estrada que vai para S. João de Tarouca, estão a soterrar o corgo. Está legalizado pelos Serviços da Hidráulica?

Já em tempos tivemos uma situação similar e colocamos essa questão e foram muitos os obstáculos expostos, por existir



2017.10.23

MUNICÍPIO DE TAROUCA**CÂMARA MUNICIPAL**

um risco grande para quem reside na parte debaixo da estrada. Pedia para verem."

O Senhor Presidente da Câmara em resposta disse o seguinte:

"Há sempre o contributo de todos os Senhores Vereadores.

Desde logo no Orçamento e GOP's serão chamados.

Quanto ao espaço, deixe que avalie essa pretensão.

Quanto à obra em Mondim da Beira, peço à Senhora Vereadores Susana Cristina Pereira Dias para passar lá e ver.

Muito obrigada."

Terminado o período de antes da ordem do dia, passou-se de imediato à discussão da seguinte

ORDEM DO DIA

PONTO 1 - Regimento da Câmara Municipal de Tarouca para o mandato autárquico de 2017/2021 - proposta

PONTO 2 - Delegação de competências no Presidente da Câmara para o mandato autárquico de 2017-2021 - proposta

PONTO 3 - Existência e escolha do segundo Vereador em regime de tempo inteiro, mandato autárquico de 2017/2021 - Despacho do Senhor Presidente da Câmara

PONTO 4 - Escolha do Vereador a tempo inteiro e designação do Vice-Presidente da Câmara Municipal, mandato autárquico de 2017/2021 - Despacho do Senhor Presidente da Câmara

PONTO 5 - Proposta de deliberação respeitante à periodicidade e local das reuniões da Câmara Municipal no mandato autárquico de 2017/2021

PONTO 6 -- Designação do secretário das reuniões da Câmara Municipal para o mandato autárquico de 2017/2021 - despacho do Senhor Presidente da Câmara

PONTO 7 - Minuta da 1ª adenda ao contrato de financiamento reembolsável ID 81 NORTE-10-0241-FEDER-000268, relativo à Regeneração e Revitalização do Núcleo Urbano da Cidade de Tarouca - Despacho do Senhor Presidente da Câmara - ratificação

PONTO 8 - Ação social escolar - Despacho do Senhor Presidente da Câmara de isenção do pagamento do passe escolar - ratificação

PONTO 9 - Isenção do pagamento das seguintes licenças:

- a) Licença para atividades na via pública da Associação Pedalar Clube de Cicloturismo Tarouca BTT - "II Duatlo Vale Varosa";
- b) Licença especial de ruído para uma festa da Associação do Castanheiro do Ouro.

PONTO 10 - Balanços à Tesouraria dos dias 18.10.2017 e 19.10.2017

PONTO 11 - Resumo diário da tesouraria

PONTO 12 - Apoios em materiais concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras de interesse municipal, bem como às freguesias no período de 19.09.2017 a 28.09.2017

PONTO 13 - Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou

outra de interesses para o Município no período de 19.09.2017 a 28.09.2017

PONTO 1 - REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA PARA O MANDATO AUTÁRQUICO DE 2017/2021 - PROPOSTA

Presente a proposta de Regimento da Câmara Municipal de Tarouca para o mandato autárquico de dois mil e dezassete/dois mil e vinte e um.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar o presente Regimento, para o mandato autárquico de 2017-2021.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 2 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA PARA O MANDATO AUTÁRQUICO DE 2017-2021 - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve na íntegra:

"Delegação de competências no Presidente da Câmara para o mandato autárquico de 2017 - 2021

Proposta

O princípio da boa administração, previsto no artigo 5º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, determina que a Administração Pública deve pautar-se por critérios de eficiência, economicidade e celeridade.

Para esse efeito, a Administração Pública deve ser organizada de modo a aproximar os serviços das populações e por forma não burocratizada.

Por outro lado, no âmbito da modernização administrativa, o artigo 27º do Decreto-Lei nº 135/99, de 22.04 determina, como medida de simplificação dos procedimentos, a adoção de mecanismos de delegação e subdelegação de competências, que propiciem respostas céleres às solicitações dos utentes e proporcionem um pronto cumprimento de obrigações e uma gestão mais célere e desburocratizada.

A delegação de competências tem, assim, como resultados a simplificação dos procedimentos, a redução dos prazos de resposta aos pedidos, para além de garantir que a decisão é tomada por quem está mais próximo da realidade local, sendo assim possível alcançar melhores e mais adequadas soluções para os problemas que diariamente surgem.

Neste contexto, proponho a V. Exas. que esta Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no nº1 do artigo 34º do Anexo I à Lei nº75/2013, de 12.09, delibere delegar no Presidente da Câmara as seguintes competências, autorizando a respetiva subdelegação nos vereadores em regime de tempo inteiro:

1. Competências previstas na Lei nº 75/2013, de 12.09

1.1. Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações; (alínea d) do nº1 do artigo 33º)

1.2. Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de



2017.10.23

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei; (alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º)

1.3. Assegurar a integração da perspectiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade; (alínea q) do n.º 1 do artigo 33.º)

1.4. Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central; (alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º)

1.5. Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal, até ao montante da despesa cuja autorização seja da sua competência; (alínea t) do n.º 1 do artigo 33.º)

1.6. Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal; (alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º)

1.7. Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos; (alínea y) do n.º 1 do artigo 33.º)

1.8. Executar as obras, por empreitada ou administração direta; (alínea bb) do n.º 1 do artigo 33.º)

1.9. Proceder à aquisição e locação de bens e serviços, cuja autorização da despesa lhe caiba; (alínea dd) do n.º 1 do artigo 33.º)

1.10. Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob a administração municipal, até ao montante da despesa cuja autorização seja da sua competência; (alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º)

1.11. Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal; (alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º)

1.12. Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares; (alínea gg) do n.º 1 do artigo 33.º)

1.13. Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos; (alínea ii) do n.º 1 do artigo 33.º)

1.14. Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos; (alínea jj) do n.º 1 do artigo 33.º)

1.15. Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central; (alínea ll) do nº1 do artigo 33º)

1.16. Designar os representantes do município nos conselhos locais; (alínea mm) do nº1 do artigo 33º)

1.17. Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central; (alínea nn) do nº1 do artigo 33º)

1.18. Administrar o domínio público municipal; (alínea qq) do nº1 do artigo 33º)

1.19. Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos; (alínea rr) do nº1 do artigo 33º)

1.20. Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município; (alínea uu) do nº1 do artigo 33º)

1.21. Enviar ao Tribunal de Contas as contas do Município; (alínea ww) do nº1 do artigo 33º)

1.22. Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição; (alínea yy) do nº1 do artigo 33º)

1.23. Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município; (alínea zz) do nº1 do artigo 33º)

1.24. Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado; (alínea bbb) do nº1 do artigo 33º)

(norma legal habilitante: nº1 do artigo 34º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09)

2. Competências previstas no Decreto-Lei nº 555/99, de 16.12, na sua redação atual, que aprova o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE):

2.1. Concessão da licença administrativa prevista no nº 2 do artigo 4º;

(norma legal habilitante: nº 1 do artigo 5º do RJUE)

2.2. Aprovação da informação prévia regulada pelo RJUE, prevista no artigo 14º;

(norma legal habilitante: nº 4 do artigo 5º do RJUE)

2.3. Emissão de certidão comprovativa da verificação dos requisitos do destaque, prevista no nº 9 do artigo 6º;

(norma legal habilitante: nº 1 do artigo 34º da Lei nº 75/2013, de 12.09, conjugado com a alínea y) do nº 1 do artigo 33º do mesmo diploma);

2.4. Apreciação e decisão dos projetos de arquitetura de obras de edificação, previstos no artigo 20º do RJUE;

(norma legal habilitante: nº 1 do artigo 34º da Lei nº 75/2013, de 12.09, conjugado com a alínea y) do nº 1 do artigo 33º do mesmo diploma);

2.5. Apreciação e decisão dos projetos de loteamento, de obras de urbanização e trabalhos de remodelação de terrenos, previstos no artigo 21º do RJUE, exceto quando haja lugar a cedências para o domínio municipal, público ou privado;

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

(norma legal habilitante: n° 1 do artigo 34° da Lei n° 75/2013, de 12.09, conjugado com a alínea y) do n° 1 do artigo 33° do mesmo diploma);

2.6. Decisão dos pedidos de licenciamento de alteração dos termos e condições da licença administrativa, nos termos do artigo 27° do RJUE;

(norma legal habilitante: n° 1 do artigo 34° da Lei n° 75/2013, de 12.09, conjugado com a alínea y) do n° 1 do artigo 33° do mesmo diploma);

2.7. Certificação de que o edifício reúne os requisitos para a constituição em regime de propriedade horizontal, prevista no n° 3 do artigo 66° do RJUE;

(norma legal habilitante: n° 1 do artigo 34° da Lei n° 75/2013, de 12.09, conjugado com a alínea y) do n° 1 do artigo 33° do mesmo diploma);

2.8. Legalização de operações urbanísticas ilegais, previstas no artigo 102°-A do RJUE, sujeitas a licença administrativa;

(norma legal habilitante: n° 1 do artigo 5° do RJUE)

3. Competência prevista na Lei n° 91/1995, de 02.09, alterada pela Lei n° 64/2003, de 23.08, que estabelece o regime excecional para a reconversão urbanística das áreas urbanas de gênese ilegal (AUGI):

3.1. Emissão do parecer favorável à constituição de compropriedade, previsto no artigo 54°;

(norma legal habilitante: alínea y) do n° 1 do artigo 33° conjugado com o n°1 do artigo 34°, ambos da Lei n° 75/2013, de 12.09)

4. As competências previstas na Lei n° 97/88, de 17.08, sobre afixação e inscrição de mensagens de publicidade de natureza comercial;

(norma legal habilitante: alíneas y), t) e qq) do n° 1 do artigo 33° conjugado com o n°1 do artigo 34°, ambos da Lei n° 75/2013, de 12.09)

5. Competências previstas no Decreto-Lei n° 310/2002, de 18.12, na sua redação atual, sobre licenciamento de atividades diversas:

5.1. Atribuição da licença para o exercício da atividade de acampamentos ocasionais; (artigo 18°)

5.2. Atribuição da licença para o exercício da atividade de realização de espetáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre; (artigo 29°)

5.3. Atribuição da licença para o exercício da atividade de fogueiras; (n°2 do artigo 39°)

(norma legal habilitante: n° 1 do artigo 3° do Decreto-Lei n° 310/2002, de 18.12, na sua redação atual)

6. Competências previstas no Decreto-Lei n° 124/2006, de 28.06, na sua redação atual:

6.1. Prática dos atos de gestão de combustível, previstos no artigo 15°

6.2. Autorização de realização de queimadas; (artigo 27º)

6.3. Autorização prévia para a utilização de fogo de artifício e outros artefactos pirotécnicos; (artigo 27º)

(norma legal habilitante: alínea y) do nº 1 do artigo 33º conjugado com o nº1 do artigo 34º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12.09)

A presente delegação de competências vigora durante o mandato autárquico de 2017-2021.

Paços do Município, 19 de outubro de 2017

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e delegar no Senhor Presidente da Câmara as competências ali especificadas, de acordo com as normas legais habilitantes indicadas, com faculdade de subdelegação nos Senhores Vereadores, no mandato autárquico de 2017-2021.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 3 - EXISTÊNCIA E ESCOLHA DO SEGUNDO VEREADOR EM REGIME DE TEMPO INTEIRO, MANDATO AUTÁRQUICO DE 2017/2021 - DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

Presente o despacho do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"EXISTÊNCIA E ESCOLHA DO SEGUNDO VEREADOR EM REGIME DE TEMPO INTEIRO

MANDATO AUTÁRQUICO DE 2017 - 2021

DESPACHO

No mandato autárquico findo, os bons resultados obtidos na concretização dos objetivos fixados, de que são exemplo, a conclusão da revisão do Plano Diretor Municipal de Tarouca, a criação das Áreas de Reabilitação Urbana, a maior eficácia das medidas adotadas nas áreas da educação, ação social, ambiente, entre outras e a eficiente gestão financeira da autarquia, demonstram que a distribuição de funções entre o Presidente da Câmara e os dois vereadores em regime de tempo inteiro se justificou.

Ao iniciar o novo mandato autárquico, entendemos que é conveniente, do ponto de vista do interesse público subjacente, manter este modelo de exercício de funções, de modo a garantir a efetiva disponibilidade para ouvir os munícipes e decidir as melhores soluções para os seus problemas, bem como para participar em ações e projetos com outras entidades, quer da administração pública, quer de cariz social e ainda para, dentro da organização municipal, desenvolver as iniciativas que se traduzam na melhoria da qualidade do serviço público prestado.

A existência de um segundo vereador a tempo inteiro permitirá alcançar estes objetivos, através da distribuição de pelouros de uma forma mais eficaz e eficiente, sem prejudicar o trabalho em equipa, ao qual pretendemos dar primazia.

Neste contexto:



Fl. 118
2017.10.23

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

Considerando que, na sequência do ato eleitoral de um de outubro findo, renovaram o seu mandato o Presidente da Câmara e os dois vereadores anteriormente escolhidos para exercerem as suas funções em regime de tempo inteiro, sendo conveniente para o interesse público assegurar a continuidade das respetivas funções, **decido**, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei.º 75/2013, de 12.09, conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 58.º da Lei n.º 169/99, de 18.09, na sua redação atual, fixar em um o número de vereadores em regime de tempo inteiro para além do vereador previsto na alínea d) do n.º 1 da citada norma, no mandato autárquico de 2017 - 2021 e escolho para exercer essas funções a Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira.

À próxima reunião para ratificação.

Paços do Município, 19.10.2017

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Foi deliberado, por maioria de três votos a favor e dois votos contra dos Senhores Afonso Manuel Batista Dias e José Bruno Gouveia Cardoso, ratificar o presente despacho.

PONTO 4 - ESCOLHA DO VEREADOR A TEMPO INTEIRO E DESIGNAÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MANDATO AUTÁRQUICO DE 2017/2021 - DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

Presente o despacho do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"EXISTÊNCIA DE UM VEREADOR A TEMPO INTEIRO, PREVISTO NA ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ARTIGO 58.º DA LEI N.º 169/99, DE 18.09, ESCOLHA DO VEREADOR A TEMPO INTEIRO E DESIGNAÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL MANDATO AUTÁRQUICO DE 2017/2021

DESPACHO

No uso de competência prevista na alínea d) do n.º 1 do art. 58.º da Lei n.º 169/99, de 18.09, na sua redação atual, decido que, no mandato autárquico de 2017/2021, existirá um vereador em regime de tempo inteiro.

Mais decido, no uso da competência prevista no n.º 4 do artigo 58.º e no n.º 3 do artigo 57.º do citado diploma, respetivamente, escolher o **Senhor Vereador JOSÉ DAMIÃO LOPES GUEDES DE MELO** para vereador a tempo inteiro e designo-o vice-presidente da Câmara Municipal, cabendo-lhe, para além de outras funções, a minha substituição nas minhas faltas e impedimentos, no mandato autárquico de 2017/2021.

Paços do Município, 19.10.2017

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Foi tomado conhecimento.

PONTO 5 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO RESPEITANTE À PERIODICIDADE E LOCAL DAS REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL NO MANDATO AUTÁRQUICO DE 2017/2021

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve na íntegra:

"PERIODICIDADE, HORA E LOCAL DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO MANDATO AUTÁRQUICO DE 2017 - 2021

PROPOSTA

Considerando que a realização quinzenal das reuniões ordinárias desta Câmara Municipal, procedimento adotado pelos anteriores Executivos, tem demonstrado ser adequada ao funcionamento e eficácia das respectivas decisões, permitindo, em simultâneo, a elaboração das necessárias informações e suportes documentais pelos serviços; e

Após auscultação dos membros do Executivo,

PROPONHO a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere, nos termos e para os efeitos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 40.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, que, no mandato autárquico de 2017 - 2021, as respetivas reuniões ordinárias se efetuem quinzenalmente, às sextas-feiras, com início às 10 horas, no salão nobre do edifício dos Paços do Município, existindo na primeira reunião de cada mês um período para intervenção e esclarecimento do público.

Paços do Município, 19 de outubro de 2017

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Câmara informou que as reuniões passam para as sextas-feiras a pedido do Senhor Vereador José Bruno Gouveia Cardoso.

Informou ainda que a segunda reunião da Câmara Municipal será no próximo dia três de novembro.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade que no mandato autárquico de dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um, as reuniões ordinárias da Câmara Municipal se efetuem quinzenalmente, às sextas-feiras, com início às dez horas, no salão nobre do edifício dos Paços do Município, existindo na primeira reunião de cada mês um período para intervenção e esclarecimento do público.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 6 -- DESIGNAÇÃO DO SECRETÁRIO DAS REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MANDATO AUTÁRQUICO DE 2017/2021 - DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

Presente o despacho do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"DESIGNAÇÃO DO SECRETÁRIO DAS REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MANDATO AUTÁRQUICO DE 2017 - 2021

DESPACHO

De acordo com o n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, "as atas são lavradas, sempre que possível, por trabalhador da autarquia local designado para o efeito e são postas à aprovação de todos os membros no final da respetiva sessão ou reunião ou no início da seguinte, sendo assinados após aprovação, pelo presidente e por quem as lavrou."



Fl. 119
[Handwritten signature]

2017.10.23

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

Assim, no uso da competência prevista na alínea a) do n° 2 do artigo 35° do citado diploma, **designo Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos**, Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira do mapa de pessoal deste Município para, no mandato autárquico de 2017 - 2021, servir de secretária das reuniões desta Câmara Municipal lavrando as respectivas atas e minutas, a qual será **substituída**, nas suas faltas e impedimentos, **por Ana Maria Guerra Borges**, Coordenadora Técnica do mapa de pessoal deste Município.

Paços do Município, 19 de outubro de 2017.

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Foi tomado conhecimento

PONTO 7 - MINUTA DA 1ª ADENDA AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO REEMBOLSÁVEL ID 81 NORTE-10-0241-FEDER-000268, RELATIVO À REGENERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO NÚCLEO URBANO DA CIDADE DE TAROUCA - DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA - RATIFICAÇÃO

Presente o despacho do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"DESPACHO

Na sequência das deliberações de 4 e 11 de setembro corrente, da Câmara Municipal e Assembleia Municipal, respetivamente, aprovo a minuta da primeira adenda ao contrato de financiamento reembolsável ID 81 NORTE-10-0241-FEDER-000268, relativo à Regeneração e Revitalização do Núcleo Urbano da Cidade de Tarouca.

À próxima reunião para ratificação.

Paços do Município, 25 de setembro de 2017.

O Presidente da Câmara,

Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Vereador **José Damião Lopes Guedes de Melo** explicou que se trata da proposta do reembolso extraordinário, ou seja, a pagar em três prestações semestrais.

O Senhor Vereador **José Bruno Gouveia Cardoso** perguntou se este assunto foi aprovado em sessão da Assembleia Municipal por unanimidade.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que este é mais um esforço para este Município do qual não estavam à espera, mas que têm que cumprir.

Disse ainda que tudo fizeram para não pagar, e depois fizeram de tudo para dividir em prestações mais baixas, mas não conseguiram.

O Senhor Vereador **Afonso Manuel Batista Dias** perguntou se este valor já estava a ser pago.

O Senhor Vereador **José Damião Lopes Guedes de Melo** disse que o Município fez a obra, que ficou abaixo do valor contratado e nessa altura deveria ter devolvido o valor, mas não o fez e por isso fomos notificados para a devolução.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente despacho.

PONTO 8 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DO PASSE ESCOLAR - RATIFICAÇÃO

Presente o despacho do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

DESPACHO

Em aditamento ao meu despacho datado de 19.09.2017 e ao abrigo do disposto no n° 3, do art. 35°, do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, decido, no âmbito da ação social escolar, à semelhança dos anos anteriores, conceder isenção total do pagamento do passe escolar aos alunos oriundos do concelho de Tarouca que, no ano letivo 2017/2018, frequentem estabelecimento de ensino secundário público ou profissional sito noutro Concelho, desde que não exista a respetiva área em Tarouca.

À próxima reunião para ratificação.

Tarouca, 25 de setembro de 2017.

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente despacho.

PONTO 9 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS SEGUINTE LICENÇAS

Foi deliberado por unanimidade ratificar a isenção do pagamento das seguintes licenças:

- a) Licença para atividades na via pública da Associação Pedalar Clube de Cicloturismo Tarouca BTT - "II Duatlo Vale Varosa", no valor de € 21,40;
- b) Licença especial de ruído para uma festa da Associação do Castanheiro do Ouro, no valor de € 32,10.

PONTO 10 - BALANÇOS À TESOURARIA DOS DIAS 18.10.2017 E 19.10.2017

Presentes os balanços à Tesouraria dos dias dezoito e dezanove de outubro corrente.

Foi tomado conhecimento.

PONTO 11 - RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

Presente o resumo diário da tesouraria número duzentos e um, de vinte de outubro corrente, o qual apresenta um saldo de dotações orçamentais no montante de € 158.111,96 (cento e cinquenta e oito mil e cento e onze euros e noventa e seis cêntimos) e um saldo de dotações não orçamentais no montante de € 275.852,13 (duzentos e setenta e cinco mil e oitocentos e cinquenta e dois euros e treze cêntimos).

Foi tomado conhecimento.

PONTO 12 - APOIOS EM MATERIAIS CONCEDIDOS A ENTIDADES E ORGANISMOS LEGALMENTE EXISTENTES, COM VISTA À PROSECUÇÃO DE OBRAS DE INTERESSE MUNICIPAL, BEM COMO ÀS FREGUESIAS NO PERÍODO DE 19.09.2017 A 28.09.2017

Presente a informação do Senhor Presidente da Câmara que a seguir se transcreve:

"Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

interesse para o município, bem como às freguesias (alínea o) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09)

Período de 19.09.2017 a 28.09.2017

Informação nos termos do nº 3 do artigo 35º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro:

❖ **Freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares**

Total: € 550,87

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a capela Mortuária de Valverde - Tarouca.

❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de Vila Chã da Beira**

1. Total: € 2.628,83

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a capela de Mortuária de Vila Chã do Monte.

❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de Tarouca**

1. Total: € 351,05

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) a Igreja de S. Pedro de Tarouca.

2. Total: € 5.41

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) o Centro Paroquial de Santa Helena de Tarouca - 2ª fase, conforme protocolo celebrado em 04/08/2013.

❖ **União das Freguesias de Gouveias e Ucanha**

Total: € 4.439,24

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a casa memória José Leite Vasconcelos - Ucanha.

❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de Ucanha**

2. Total: € 32,53

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a Residência Paroquial de Ucanha.

❖ **Agência para a Modernização Administrativa**

3. Total: € 135,30

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a Loja do Cidadão em Tarouca.

Tarouca, 19 de outubro de 2017

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Foi tomado conhecimento e deliberado por unanimidade ratificar os supramencionados apoios.

PONTO 13 - APOIOS CONCEDIDOS PARA ATIVIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, EDUCATIVA, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA DE INTERESSES PARA O MUNICÍPIO NO PERÍODO DE 19.09.2017 A 28.09.2017

Presente a informação do Senhor Presidente da Câmara que a seguir se transcreve:

"Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesses para o Município (alínea u) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09)

Período de 19.09.2017 a 28.09.2017

Informação nos termos do n° 3 do artigo 35° do Anexo I à Lei n°75/2013, de 12 de setembro:

- ❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de São João de Tarouca**
Total:€ 914,00
Finalidade: Apoio em espécie para as festas em Honra de Nossa Senhora de Fátima.
- ❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de Mondim da Beira**
Total:€ 1.238,00
Finalidade: Apoio em espécie para as festas de Nossa Senhora do Enxertado e Santa Bárbara.
- ❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de Ucanha**
Total:€ 500,00
Finalidade: Apoio em espécie para as festas de Nossa Senhora da Ajuda.
- ❖ **Ginásio Clube de Tarouca**
Total:€ 970,95
Finalidade: Apoio em espécie (produtos alimentares) para o I Torneio de Andebol de Tarouca.
- ❖ **Sport Clube de Tarouca**
Total:€ 441,88
Finalidade: Apoio em espécie (produtos alimentares) para o III Edição do Varosa CUP.
- ❖ **Associação InterTarouca**
Total:€ 513,53
Finalidade: Apoio em espécie (produtos alimentares) para o XIII Quadrangular Futsal-Cidade de Tarouca.
- ❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de Salzedas**
Total:€ 244,86
Finalidade: Apoio em espécie (refeições) para as festas em Honra de Nossa Senhora da Piedade e Santa Bárbara.
- ❖ **Vale do Varosa - Associação de Desenvolvimento Local**
Total:€ 2.351,61
Finalidade: Apoio em espécie para as atividades da Associação.
- ❖ **Associação Desportiva e Recreativa Tarouquense**
Total:€ 1.299,50
Finalidade: Apoio em espécie (vestuário e artigos de desporto) para as atividades da Associação.
- ❖ **Associação de Juventude do Concelho de Tarouca**
Total:€ 508,98



Fl. 121
2017.10.23

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

Finalidade: Apoio em espécie (produtos alimentares) para as atividades da Associação.

❖ **Pedalar Clube de Cicloturismo de Tarouca BTT**

Total:€ 30,75

Finalidade: Apoio em espécie para as atividades da Associação.

❖ **Agrupamento n° 1006 - Escuteiros de Tarouca**

Total:€ 396,90

Finalidade: Apoio em espécie para as atividades do Agrupamento de Escuteiros.

❖ **Associação Cultural e Recreativa de Gondomar**

Total:€ 8,63

Finalidade: Apoio em espécie (material de escritório) para as atividades da Associação.

Tarouca, 19 de Outubro de 2017

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Vereador José Bruno Gouveia Cardoso perguntou de que se trata o apoio em espécie à Associação Vale do Varosa e aos Escuteiros.

O Senhor Presidente da Câmara informou que foram t-shirts e caixas para oferta.

Foi tomado conhecimento e deliberado por unanimidade ratificar os supramencionados apoios.

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias, a propósito, disse que aparece sempre nas informações de subsídio às Paróquias o valor de € 1.500,00, mas o que acontece é que a Paróquia de Mondim da beira, por exemplo, não recebeu nada, por isso, quando for apresentar as contas da Paróquia, terá que dizer de que resulta este montante.

O Senhor Presidente da Câmara disse que não têm muitas vezes conhecimento disso, pois esta é a única forma de apoiar as Comissões de Festas, sendo que estes donativos são em espécie,

conforme indica na informação, logo não fazem parte das contas da Paróquia.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião pelas dez horas, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, *Luiz Maria de Sant'Ana Gouveia*, Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, a subscrevi.

